



São Paulo tem 68% de aumento em casos de Covid-19 em dezembro

Ministro mantém vigência de medidas de combate à pandemia

Página 5

Governo sanciona lei para repor perdas dos estados com Lei Kandir

Página 3

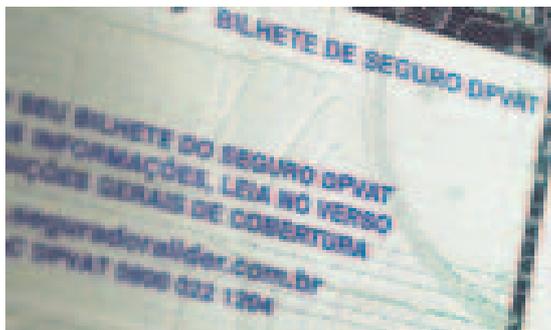
Reino Unido aprova vacina AstraZeneca/Oxford contra covid-19

O Reino Unido se tornou na quarta-feira (30) o primeiro país a aprovar a vacina contra coronavírus desenvolvida pela Universidade de Oxford e pela AstraZeneca, torcendo para que uma ação rápida o ajude a conter uma disparada de infecções impulsionada por uma variante altamente contagiosa do vírus. O governo do primeiro-ministro Boris Johnson, que já encomendou 100 milhões de doses da vacina. **Página 3**

Senado da Argentina aprova aborto legal

O Senado da Argentina aprovou a legalização do aborto na quarta-feira. A votação acirrada foi realizada às 4h, depois de uma maratona de debates que durou ao longo da noite. **Página 3**

Donos de veículos não vão pagar Seguro DPVAT em 2021



Foto/Marcello Casal Jr/ABR

Proprietários de veículos não terão que pagar o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores (Seguro DPVAT), em 2021.

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) aprovou, em reunião extraordinária realizada na terça-feira (29), prêmio zero para o DPVAT em 2021 e autorizou a contratação de novo operador pela Superintendência

de Seguros Privados (Susep), em caráter emergencial e temporário. As resoluções do CNSP foram publicadas na quarta-feira (30) no Diário Oficial da União.

No final de novembro, foi anunciada a dissolução da Consórcio do Seguro DPVAT a partir de 1º de janeiro de 2021, após decisão de assembleia de seguradoras consorciadas. A partir desta data, a Seguradora Líder

não poderá operar o Seguro DPVAT em nome das consorciadas, mas tão somente administrar os ativos, passivos e negócios do Consórcio realizados até 31 de dezembro de 2020. No mês passado, a Susep notificou a Seguradora Líder a recolher ao caixa dos recursos do Seguro DPVAT a quantia de R\$ 2,257 bilhões, referente a 2,119 despesas consideradas irregulares. **Página 3**

O estado de São Paulo registrou nesta quarta-feira (30) 11.849 novos casos e 282 novas mortes por Covid-19 nas últimas 24h. O acumulado do mês de dezembro representa um aumento de 68% em casos e 57% em óbitos em comparação aos 30 dias do mês de novembro. Com o objetivo de

reduzir os indicadores frente à evolução da doença, todo o estado de SP entrará na fase vermelha do Plano São Paulo nos dias 1, 2 e 3 de janeiro. No período, apenas os serviços essenciais poderão funcionar. A medida também foi implantada entre os dias 25 e 27 de dezembro. **Página 2**

Brasil passa a exigir teste negativo de covid-19 para entrada no país

A partir da quarta-feira (30), passageiros de voos internacionais que embarcarem para o Brasil precisarão apresentar um teste RT-PCR negativo ou não reagente para covid-19. O exame deve ter sido feito até 72 horas antes da viagem. A obrigatoriedade vale para todos os viajantes, brasilei-

ros ou estrangeiros, independentemente de sua origem. Crianças menores de 2 anos estão dispensadas da apresentação do teste, assim como crianças com idade entre 2 e 12 anos, desde que seus acompanhantes cumpram todas as exigências. **Página 4**

A partir de 2021, recebimento de pensão por morte terá novos prazos

Página 5

Covid-19 faz impostômetro ter queda pela primeira vez desde 2005

Página 3

Gratuidade do Bom Prato vai até 30 de abril para moradores em situação de rua

O Governador João Doria determinou a prorrogação da gratuidade das refeições oferecidas na Rede Bom Prato aos moradores em situação de rua até o dia 30 de abril. A decisão foi publicada na quarta-feira (30) no Diário

Oficial e passa a valer a partir desta quarta-feira. "A prorrogação da gratuidade nas refeições é uma das nossas ações de proteção social para amparar as pessoas em situação de maior vulnerabilidade social". **Página 2**

autojornal

o dia a dia motorizado

Bem vindo!



Viva a esperança, a solidariedade, o respeito, a família, os amigos, os sonhos, a saúde, as conquistas, a vacina e a cura.

São Paulo tem 68% de aumento em casos de Covid-19 em dezembro

O estado de São Paulo registrou nesta quarta-feira (30) 11.849 novos casos e 282 novas mortes por Covid-19 nas últimas 24h. O acumulado do mês de dezembro representa um aumento de 68% em casos e 57% em óbitos em comparação aos 30 dias do mês de novembro.

Com o objetivo de reduzir os indicadores frente à evolução da doença, todo o estado de SP entrará na fase vermelha do Plano São Paulo nos dias 1, 2 e 3 de janeiro. No período, apenas os serviços essenciais po-

derão funcionar. A medida também foi implantada entre os dias 25 e 27 de dezembro.

No dia de ontem (29), o Centro de Contingência do Coronavírus de SP divulgou a "Carta pela Vida", assinada pelos 20 especialistas do grupo, com orientações quanto aos cuidados que devem ser tomados para evitar a disseminação do coronavírus.

"Boa parte das pessoas que transmitem o coronavírus é assintomática, por isso festas, encontros sociais e aglomerações

devem ser evitados neste momento. A ação consciente de todos neste período do ano é parte vital na contenção da propagação do vírus", defendem os especialistas, em trecho do documento divulgado. O Centro também destacou a importância das medidas de proteção como manter as mãos limpas, uso de

máscara e álcool em gel e respeito ao distanciamento social.

O total de casos acumulados da doença no estado é de 1.452.078 e o de óbitos é de 46.477. Entre o total de casos diagnosticados de COVID-19, 1.287.286 pessoas estão recuperadas, sendo que 154.532 foram internadas e tiveram alta

hospitalar.

As taxas de ocupação dos leitos de UTI são de 65,2% na Grande São Paulo e 61,4% no Estado. O número de pacientes internados é de 11.129, sendo 6.252 em enfermaria e 4.877 em unidades de terapia intensiva, conforme dados das 11h desta terça-feira.

Hoje, os 645 municípios têm pelo menos uma pessoa infectada, sendo 606 com um ou mais óbitos. A relação de casos e óbitos confirmados por cidade, junto com o perfil dos óbitos e casos, pode ser consultada também em: www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus.

Com 10,8 milhões de doses, Estado garante estoque para iniciar vacinação

O Governo de São Paulo recebeu na manhã da quarta-feira (30) um novo lote com mais 1,6 milhão de doses da vacina do Instituto Butantan contra o novo coronavírus.

Agora, já são cerca de 10,8 milhões de vacinas em solo brasileiro, quantidade superior ao necessário para aplicação das primeiras doses no grupo prioritário previsto na fase inicial da campanha, prevista para começar no dia 25 de janeiro.

Conforme já anunciado pelo Governo de SP, a primeira fase da campanha totaliza 9 milhões de pessoas, somando profissio-

nas de saúde, idosos, indígenas e quilombolas, definidos como os primeiros públicos a participar da estratégia de Imunização devido à vulnerabilidade à COVID-19.

A nova carga desembarcou por volta das 5h30 no aeroporto de Guarulhos, em um voo da Swiss Air que saiu nesta terça-feira de Pequim, na China, e fez escala em Zurique, na Suíça.

Com doses já prontas para aplicação, esta é a sexta e última remessa de vacinas recebidas em 2020, e em janeiro mais lotes devem desembarcar em São Paulo.

Outras 500 mil doses chegaram também nesta semana, na segunda-feira (28), com o quinto lote de vacinas. A parceria entre o Butantan e a biofarmacêutica Sinovac Biotech foi firmada em junho. O primeiro lote com 120 mil doses chegou ao Brasil no dia 19 de novembro.

O segundo carregamento, com 600 litros a granel do insumo, correspondente a um milhão de doses, desembarcou em 3 de dezembro. Já a terceira remessa, com 2 milhões de doses, foi recebida em 18 de dezembro.

Na véspera de Natal (24) São

Paulo recebeu a maior carga de vacinas com 5,5 milhões doses compostas por 2,1 milhões de forma pronta para aplicação e mais 2,1 mil litros de insumos, correspondentes a 3,4 milhões de doses que serão envasadas no complexo fabril do Butantan, também em São Paulo.

"Já temos uma quantidade expressiva de vacinas disponíveis e novos lotes devem chegar agora em janeiro, o que permitirá, após registro do imunizante, a aplicação, o início da vacinação pela rede pública", afirmou Dimas Covas, diretor do Instituto Butantan.

SP encerra o ano com 71 milhões de agulhas para a vacinação

O Governo do Estado de São Paulo adquiriu neste ano 71 milhões de seringas e agulhas para aplicação da vacina contra Covid-19 durante a campanha prevista para começar em 25 de janeiro.

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) dividiu as compras em 27 pregões, realizados entre 18 e 23 de dezembro, e o pregão previa a aquisição de unidades de seringas de 1 e de 3 ml e

três tipos de agulhas.

A estratégia fracionada teve o objetivo de garantir estoques para aplicação das vacinas na população, de acordo com o cronograma e públicos prioritários previstos pelo Plano Estadual de Imunização (PEI) de São Paulo. Os insumos serão entregues no decorrer do primeiro semestre do próximo ano. Em 2021, a pasta dará continuidade aos trâmi-

tos de aquisição para totalizar os 100 milhões de insumos.

O Governo de São Paulo já havia adquirido em outra compra, neste segundo semestre, 21 milhões de seringas e agulhas para as vacinações de rotina do ano, contando com uma reserva estratégica de 11 milhões para a imunização do novo coronavírus. Estes insumos já foram distribuídos para os 27 Grupos de Vigilância Epidemiológica localizados em todas as regiões.

"Estamos preparados para a vacinação contra Covid-19 com todo o planejamento logístico e de insumos. O nosso programa de imunização tem expertise de mais de cinco décadas, prezando sempre para a proteção e segurança da população, destacou Jean Gorinchtey, Secretário de Estado da Saúde.

Gratuidade do Bom Prato vai até 30 de abril para moradores em situação de rua

O Governador João Doria determinou a prorrogação da gratuidade das refeições oferecidas na Rede Bom Prato aos moradores em situação de rua até o dia 30 de abril. A decisão foi publicada na quarta-feira (30) no Diário Oficial e passa a valer a partir desta quarta-feira.

"A prorrogação da gratuidade das refeições é uma das nossas ações de proteção social para amparar as pessoas em situação de maior vulnerabilidade social", diz a Secretária de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, Célia Parnes.

A gratuidade nas refeições da Rede Bom Prato para pessoas em situação de rua teve início em junho, mediante cadastramento das Prefeituras e apresentação do cartão com QR Code pelos beneficiários.

Desde o início da pandemia da COVID-19, os 59 restaurantes Bom Prato adaptaram o atendimento, passando a servir três

refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar) em embalagens descartáveis e para retirada, inclusive aos finais de semana. São servidas cerca de 3,2 milhões de refeições por mês. Neste período, já foram servidas mais de 23 milhões de refeições, somando mais de 500 mil servidas gratuitamente para a população em situação de rua cadastrada.

Jantares e finais de semana A oferta de jantares e refeições aos finais de semana e feriados na Rede Bom Prato também foi prorrogada pelo Governo de São Paulo até o dia 28 de fevereiro. A medida será adotada nas unidades condicionadas a critérios técnicos, à região em que estão instaladas e à demanda apresentada.

A relação das unidades e horários de funcionamento será divulgada no site da Secretaria de Desenvolvimento Social.

refeições aos finais de semana e feriados na Rede Bom Prato também foi prorrogada pelo Governo de São Paulo até o dia 28 de fevereiro. A medida será adotada nas unidades condicionadas a critérios técnicos, à região em que estão instaladas e à demanda apresentada.

A relação das unidades e horários de funcionamento será divulgada no site da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Hospital das Clínicas da USP abre inscrições para especializações em Fisioterapia

Estão abertas as inscrições para as Especializações em Fisioterapia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. São cursos de pós-graduação lato sensu com grande tradição no HCFMUSP. Abrem diversas especialidades, como: terapia intensiva, saúde da mulher, oncologia, acupuntura, ge-

rontologia, obstetrícia, esportes, respiratória e cuidados paliativos. O campo de trabalho do fisioterapeuta é extenso e com várias possibilidades de atuação no mercado. Além disso, ainda é possível mesclar os conhecimentos da Fisioterapia com o de outras graduações. Por isso, é fundamental que esses profissionais estejam

capacitados para atuarem nas diversas unidades hospitalares.

Os cursos de Especialização em Fisioterapia do HC oferecem visão crítica, integrada e global, além de toda a experiência de um hospital referência de alta complexidade. Os estágios são supervisionados em tempo integral pelos professores e

apresentam metodologia de ensino diferenciada.

Interessados podem obter mais informações sobre o processo seletivo no site da EEP.

Uma oportunidade ímpar de se tornar um especialista formado por um Hospital reconhecido no Brasil e no mundo por sua excelência em Saúde.

Centro estadual de DST/Aids inicia testes de vacina inédita contra o HIV

O Centro de Referência e Treinamento (CRT) DST/Aids-SP da Secretaria de Estado da Saúde deu início aos testes da primeira vacina para prevenção da infecção pelo HIV, vírus da imunodeficiência humana e causador da Aids.

As inscrições estão abertas para 136 voluntários e ocorrerão na Casa da Pesquisa do CRT (veja informações sobre as inscrições e critérios de seleção abaixo).

O estudo utiliza como vetor da vacina o "Adenovírus 26", um vírus inofensivo aos seres humanos. Os voluntários precisam tomar quatro doses da vacina e a expectativa é que, a partir da primeira dose, o organismo já comece a produzir os anticorpos necessários para defesa contra o HIV.

As três primeiras doses têm um intervalo de aplicação a cada três meses. Já a última dose tem um intervalo de seis meses.

Os participantes da pesquisa podem apresentar sinais e sintomas leves e gerais que podem ocorrer após a administração de uma vacina ou injeção com placebo, como febre, calafrios, erupção cutânea, inchaço, náusea/vômito, cefaleia, tontura, artralgia, coceira e fadiga. Todos os efeitos adversos, que geralmente são de curto prazo e não exigem tratamento, serão monitorados e acompanhados por equipe médica especializada.

O estudo internacional "Mo-saico", acontecerá também em outros países como Argentina, Itália, México, Peru, Polónia, Espanha e Estados Unidos, e tem cerca de 3,8 mil voluntários no total.

Inscrições Para se inscrever os interessados devem acessar www.pesquisamosaico.com.br ou as redes sociais @pesquisacrt. Só serão aprovados os candidatos considerados vulneráveis ao vírus para este estudo: homens cisgêneros (que se identificam com o sexo biológico com o qual nasceram) que se relacionam sexualmente com homens cisgêneros, e mulheres e homens trans com vida sexual

ativa. Além disso, é necessário ter entre 18 e 60 anos e ser HIV negativo.

Não podem participar pessoas que:

- Tomaram vacinas contra qualquer doença nos últimos 28 dias;
- Participaram de estudos de vacinas experimentais nos últimos dois meses;
- Receberam transfusão de sangue nos últimos três meses;
- Candidatos com alergias ao vírus para este estudo; homens cisgêneros (que se identificam com o sexo biológico com o qual nasceram) que se relacionam sexualmente com homens cisgêneros, e mulheres e homens trans com vida sexual

- Receberam transfusão de sangue nos últimos três meses;
- Candidatos com alergias ao vírus para este estudo; homens cisgêneros (que se identificam com o sexo biológico com o qual nasceram) que se relacionam sexualmente com homens cisgêneros, e mulheres e homens trans com vida sexual

CESAR NETO
www.cesarneto.com

MÍDIAS
A coluna de política do jornalista Cesar Neto está diariamente na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Na Internet desde 1996. www.cesarneto.com recebeu Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia paulista). Twitter @cesarnetoreal ... Email cesar@cesarneto.com

CÂMARA (SÃO PAULO)
Que o Espírito Santo de DEUS - através do Cristo Jesus - possa Dirigir os Atos dos 55 vereadores e vereadoras que foram reeleitos e eleitos em 2020, neste 2021 - que começa com a Esperança de Tempos que possam levar ao Encontro do Caminho, da Verdade e da Vida

PREFEITURA (SÃO PAULO)
Que o Espírito Santo de DEUS - através do Cristo Jesus - possa Dirigir os Atos do reeleito prefeito e do eleito vice-prefeito, além dos Secretários e Secretárias neste 2021 - que começa com a Esperança de Tempos que possam levar ao Encontro do Caminho, da Verdade e da Vida

ASSEMBLEIA (SÃO PAULO)
Que o Espírito Santo de DEUS - através do Cristo Jesus - possa Dirigir os Atos dos 94 deputados e deputadas estaduais (re-eleitos e eleitos em 2018) neste 2021 - que começa com a Esperança de Tempos que possam levar ao Encontro do Caminho, da Verdade e da Vida

GOVERNO (SÃO PAULO)
Que o Espírito Santo de DEUS - através do Cristo Jesus - possa Dirigir os Atos do governador e do vice-governador, além dos Secretários e Secretárias neste 2021 - que começa com a Esperança de Tempos que possam levar ao Encontro do Caminho, da Verdade e da Vida

CONGRESSO (BRASIL)
Que o Espírito Santo de DEUS - através do Cristo Jesus - possa Dirigir os Atos dos 513 (70 por São Paulo) deputados e dos 81 senadores (3 por São Paulo) neste 2021 - que começa com a Esperança de Tempos que possam levar ao Encontro do Caminho, da Verdade e da Vida

PRESIDÊNCIA (BRASIL)
Que o Espírito Santo de DEUS - através do Cristo Jesus - possa Dirigir os Atos do Presidente da República, do vice-Presidente e dos Ministros e Ministras neste 2021 - que começa com a Esperança de Tempos que possam levar ao Encontro do Caminho, da Verdade e da Vida

PARTIDOS (BRASIL)
Que o Espírito Santo de DEUS - através do Cristo Jesus - possa Dirigir os Atos dos presidentes dos partidos políticos e dos que estão ou estarão nos Legislativos e Executivos neste 2021 - que começa com a Esperança de Tempos que possam levar ao Encontro do Caminho, da Verdade e da Vida

JUSTIÇAS (BRASIL)
Que o Espírito Santo de DEUS - através do Cristo Jesus - possa Dirigir os Atos de magistrados(as), advogados(as), membros do Ministério Público e demais Instituições neste 2021 - que começa com a Esperança de Tempos que possam levar ao Encontro do Caminho, da Verdade e da Vida

IMPRENSA
Que o Espírito Santo de DEUS - através do Cristo Jesus - possa Dirigir os Atos dos veículos nos meios de comunicação, assim como os jornalistas e demais profissionais neste 2021 - que começa com a Esperança de Tempos que possam levar ao Encontro do Caminho, da Verdade e da Vida

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo
Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Jornalista Responsável
Márcia Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548
Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Radiobrás - Agência Brasil
Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488
E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Donos de veículos não vão pagar Seguro DPVAT em 2021

Proprietários de veículos não terão que pagar o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores (Seguro DPVAT), em 2021.

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) aprovou, em reunião extraordinária realizada na terça-feira (29), prêmio zero para o DPVAT em 2021 e autorizou a contratação de novo operador pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), em caráter emergencial e temporário. As resoluções do CNSP foram publicadas na quarta-feira

(30) no Diário Oficial da União.

No final de novembro, foi anunciada a dissolução da Consórcio do Seguro DPVAT a partir de 1º de janeiro de 2021, após decisão de assembleia de seguradoras consorciadas. A partir desta data, a Seguradora Líder não poderá operar o Seguro DPVAT em nome das consorciadas, mas tão somente administrar os ativos, passivos e negócios do Consórcio realizados até 31 de dezembro de 2020.

No mês passado, a Susep notificou a Seguradora Líder a

recolher ao caixa dos recursos do Seguro DPVAT a quantia de R\$ 2,257 bilhões, referente a 2.119 despesas consideradas irregulares pela fiscalização da superintendência, que foram executadas com recursos públicos do seguro DPVAT entre os anos de 2008 e 2020.

"A Susep está enviando os melhores esforços para viabilizar a contratação de pessoa jurídica, já na primeira semana de janeiro de 2021, com capacidade técnica e operacional para assumir o DPVAT, garantindo as indenizações previstas em lei

para a população brasileira", diz a superintendência em nota.

Nessa terça-feira, o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu decisão cautelar determinando que o CNSP e Susep adotem as providências necessárias para assegurar a continuidade da operacionalização do seguro DPVAT.

O Seguro DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194 de 1974 e tem como finalidade o amparo às vítimas de acidentes de trânsito em todo o país, não importando de quem seja a culpa dos acidentes. (Agência Brasil)

INTERNACIONAL

Reino Unido aprova vacina AstraZeneca/Oxford contra covid-19

O Reino Unido se tornou na quarta-feira (30) o primeiro país a aprovar a vacina contra coronavírus desenvolvida pela Universidade de Oxford e pela AstraZeneca, torcendo para que uma ação rápida o ajude a conter uma disparada de infecções impulsionada por uma variante altamente contagiosa do vírus.

O governo do primeiro-ministro Boris Johnson, que já encomendou 100 milhões de doses da vacina, disse ter aceitado uma recomendação da Agência Regulatória de Medicamentos e Produtos de Saúde (MHRA) para conceder uma autorização de emergência.

A aprovação respalda uma vacina vista como essencial para imunizações em massa no mundo em desenvolvimento, assim como no Reino Unido, mas não elimina dúvidas sobre dados de testes que tornam improvável que ela seja aprovada tão rapidamente no Reino Unido ou nos Estados Unidos.

"O NHS (Serviço Nacional de Saúde) poderá levar estas vacinas aos braços das pessoas na velocidade com a que ele pode ser fabricada", disse o secretário da Saúde, Matt Hancock.

"Agora eu, com esta aprovação nesta manhã, estou altamente confiante de que podemos vacinar pessoas vulneráveis suficientes até a primavera a ponto de podermos ver nosso caminho para fora desta pandemia agora."

Triunfo da ciência

Johnson classificou a aprovação como um "trunfo da ciência britânica". Hancock disse que centenas de milhares de doses estarão disponíveis na semana que vem no Reino Unido, que já está distribuindo uma vacina desenvolvida pela norte-americana Pfizer e pela alemã BioNTech.

O governo brasileiro tem acordo com a AstraZeneca para o fornecimento de doses da vacina ao país e para a posterior produção local do imunizante pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Ainda não há pedido de registro da vacina ou de autorização para uso emergencial junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Testes mostraram que a vacina da Oxford é menos eficaz do que a da Pfizer/BioNTech, mas pode ser armazenada e transportada sob refrigeração normal, ao invés de super-resfriada a 70 graus Celsius negativos, o que é crucial para países com infraestrutura de saúde mais básica.

A Índia está determinada a começar a administrar a nova vacina no mês que vem. O Instituto Serum da Índia (SII), o maior produtor mundial de vacinas, já fabricou cerca de 50 milhões de doses. O Chile também está interessado.

O Reino Unido se destacou de outros países ocidentais com sua abordagem acelerada de vacinações, tendo liberado a vacina Pfizer/BioNTech semanas antes da Agência Europeia de Medicamentos (EMA).

Também na quarta-feira, uma comissão de aconselhamento do governo britânico recomendou uma mudança de rota: dar a primeira dose da vacina contra coronavírus de imediato ao maior número possível de pessoas, ao invés de dar a segunda dose de reforço dentro do período de tempo mais curto. (Agência Brasil)

Senado da Argentina aprova aborto legal

O Senado da Argentina aprovou a legalização do aborto na quarta-feira. A votação acirrada foi realizada às 4h, depois de uma maratona de debates que durou ao longo da noite.

Por 38 votos a 29 e uma abstenção, o Senado aprovou a proposta do governo para permitir a interrupção da gravidez até a 14ª semana de gestação. A câmara baixa do Parlamento argentino já havia aprovado a medida no mês passado.

O presidente argentino, Alberto Fernández, disse após a votação, que a lei ampliava os direitos das mulheres. "O aborto seguro, legal e livre é lei. Hoje somos uma sociedade melhor que amplia os direitos das mulheres e garante a saúde pública".

América Latina
Antes da Argentina, a interrupção da gravidez era permitida em caso de vontade da mulher em Cuba, no Uruguai e em algumas partes do México. (Agência Brasil)

Covid-19 faz impostômetro ter queda pela primeira vez desde 2005

O impostômetro da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) - que mede os tributos pagos pelos brasileiros para os governos federal, estadual e municipal - deverá atingir a marca de R\$ 2,037 trilhões até as 23h59 do último dia do ano, 31 de dezembro. O resultado será 17,85% menor que valor que foi pago pelos contribuintes em 2019, a primeira queda registrada desde a criação da ferramenta, em 2005.

"A redução tem tudo a ver com a crise econômica causada

pela covid-19, que impactou diretamente em todas as atividades de trabalho, com destaque maior para o setor terciário que, incluiu o comércio e a prestação de serviços e corresponde a mais de 70% dos empregos em todo o país", ressaltou a entidade em nota.

Em 2020, o Poder Público receberá em impostos da população R\$ 447,1 bilhões a menos do que foi arrecadado em 2019. Para 2021, no entanto, mesmo ainda durante a crise do coronavírus, a ACSP prevê que o país

deverá capitalizar mais contribuições.

"Além de as atividades não estarem mais tão restritivas em seu funcionamento quanto estavam no pico da pandemia, na metade deste ano, o poder público também se mexeu para arrecadar mais. É o caso do Governo do Estado de São Paulo que baixou o decreto 65.253/20. Com esta lei, mais de 300 produtos deverão ter sobretaxa de ICMS e, portanto, ajudar a engrossar a arrecadação estadual", destacou a entidade.

O Impostômetro considerou todos os valores arrecadados pelos municípios, estados e pelo governo federal. Entram na contabilidade impostos, taxas e contribuições, incluindo as multas, juros e a correção monetária. A ferramenta calcula os dados utilizados pela Receita Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, Caixa Econômica Federal, Tribunal de Contas da União e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Agência Brasil)

Governo amplia prazo de saques do Bolsa Família

O governo federal ampliou de 90 dias para 270 dias o prazo para beneficiários do Bolsa Família sacarem os recursos já depositados do programa social e do auxílio emergencial residual. A portaria do Ministério da Cidadania foi publicada na quarta-

feira (30) no Diário Oficial da União.

De acordo com o texto, a legislação prevê que o prazo de saque do programa pode ser ampliado em municípios com declaração de situação de emergência, como é o caso da pandemia de covid-19.

Além disso, a medida visa evitar aglomerações nos locais de pagamentos, como forma de prevenção, controle e contenção de riscos de disseminação do novo coronavírus.

A prorrogação será contada a data da disponibilidade da parcela dos benefícios. Ela

incidirá ainda em todas as parcelas do Bolsa Família disponibilizadas para pagamento durante a vigência da situação de emergência em razão da covid-19 e que ainda estejam válidas, segundo o calendário de pagamentos e operacional do programa. (Agência Brasil)

Lei aumenta participação da União em fundo de garantias do Pronampe

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei nº 14.115/2020 que estabelece o aumento da participação da União no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para a concessão de garantias no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). O texto foi publicado na terça-feira (29) em edição extra do Diário Oficial da União.

O Pronampe foi criado em maio pelo governo federal para garantir recursos para os pequenos negócios e manter empregos durante a pandemia de

covid-19. As empresas beneficiadas assumem o compromisso de preservar o número de funcionários e utilizam os recursos para financiar a atividade empresarial, como investimentos e capital de giro.

O texto foi publicado com veto ao Artigo 3, que revogava o Artigo 14 da lei que criou o Pronampe. O referido artigo determina que as receitas provenientes do retorno dos empréstimos à União serão integralmente utilizadas para pagamento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional. Em nota, a Secretaria-

Geral da Presidência explicou que a revogação do dispositivo contraria o interesse público e "poderia impactar negativamente as fontes de receita exclusivas para a gestão da dívida pública federal, em uma conjuntura desafiante para sua gestão e para o equilíbrio da regra de ouro".

Além disso, nesta terça-feira, o governo federal também editou Medida Provisória (MP) que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 10,1 bilhões, em favor de encargos financeiros da União, para viabilizar a integralização de cotas no FGO,

para atendimento ao Pronampe. De acordo com o governo, com a edição dessa MP foram "adotadas as providências necessárias para viabilizar a efetividade" da lei sancionada.

"Com a sanção do Projeto, o Estado Brasileiro reitera seus esforços para garantir a devida assistência à população em geral, de forma a diminuir os efeitos danosos da covid-19 sobre a sociedade e a economia brasileira, tendo em vista o estado de calamidade pública já reconhecido pelo Congresso Nacional", diz a nota da Secretaria-Geral. (Agência Brasil)

Contas públicas fecham novembro com déficit de R\$ 18,1 bilhões

As contas públicas fecharam novembro com saldo negativo. O setor público consolidado, formado por União, Estados e municípios, apresentou déficit primário de R\$ 18,140 bilhões. É o maior resultado negativo para o mês desde novembro de 2016, R\$ 39,141 bilhões. As estatísticas fiscais foram divulgadas na quarta-feira (30) pelo Banco Central (BC).

Em novembro de 2019, o déficit primário foi menor: R\$ 15,312 bilhões. O resultado primário é formado pelas despesas menos as receitas, sem considerar os gastos com juros da dívida pública.

De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, a retomada da atividade econômica tem estimulado o crescimento da arrecadação de tributos pelo governo federal. Além disso, as receitas do governo estão aumentando com o fim das medidas de adiamento no pagamento de impostos.

"Há aumento de arrecadação em função da retomada da atividade econômica nos últimos meses e também pelo fim das medidas excepcionais de diferi-

mento de impostos. Por outro lado, as despesas extraordinárias para combater a pandemia e seus efeitos econômicos e sociais estão se reduzindo", disse.

No Governo Central (Presidência, Banco Central e Tesouro Nacional), o déficit ficou em R\$ 20,394 bilhões, em novembro. Os estados e municípios continuaram a apresentar superávit primário que chegou a R\$ 1,175 bilhão e R\$ 1,165 bilhão, respectivamente, no mês passado.

De acordo com Rocha, estados e municípios também tiveram o resultado influenciado pela retomada da atividade econômica, com consequente aumento das receitas tributárias, como com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Já as empresas estatais apresentaram déficit de R\$ 87 milhões, em novembro.

Até novembro, o déficit primário acumulado do setor público consolidado estava em R\$ 651,113 bilhões, contra R\$ 48,359 bilhões nos 11 meses de 2019. No acumulado de 12 meses até novembro, o déficit primário ficou em R\$ 664,626 bilhões, representando 8,95%

do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

Segundo Rocha, o resultado acumulado reflete os efeitos dos gastos extraordinários de enfrentamento à crise gerada pela pandemia de covid-19, ao longo deste ano.

Gastos com juros
Os juros nominais do setor público consolidado ficaram em R\$ 1,983 bilhão, em novembro, contra R\$ 37,844 bilhões em igual mês de 2019. Essa redução nos gastos com juros neste ano é explicada pelos ganhos do Banco Central com operações no mercado futuro - swap cambial - no total de R\$ 25,3 bilhões em novembro de 2020, ante perda de R\$ 8,9 bilhões em novembro de 2019.

Os resultados dessas operações são transferidos para os juros da dívida pública, aliviando as contas públicas quando os contratos de swap são favoráveis ao BC e precisando ser cobertos com as emissões de títulos públicos pelo Tesouro Nacional quando acontece o oposto.

Em 11 meses, os gastos com juros chegaram a R\$ 288,456 bilhões, ante R\$ 342,361 bi-

lhões em igual período do ano passado.

O resultado nominal do setor público consolidado em novembro - que inclui o resultado primário e os juros - ficou deficitário em R\$ 20,123 bilhões, em novembro, contra R\$ 53,157 em igual período do ano passado.

De janeiro a novembro, o déficit nominal chegou a R\$ 939,569 bilhões, contra R\$ 390,721 bilhões, nos 11 meses de 2019.

Em 12 meses, o déficit nominal ficou em R\$ 978,002 bilhões, o que correspondeu a 13,14% do PIB.

Dívida pública
Em novembro, a Dívida Líquida do Setor Público ficou em R\$ 4,568 trilhões (61,4% do PIB) em novembro, com aumento de 1,4 ponto percentual do PIB em relação a outubro.

A Dívida Bruta do Governo Geral, que compreende o governo federal, INSS e governos estaduais e municipais, ficou em R\$ 6,559 trilhões em novembro, equivalente a 88,1% do PIB, redução de 0,7 ponto percentual do PIB em relação ao mês anterior. (Agência Brasil)

Governo sanciona lei para repor perdas dos estados com Lei Kandir

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei Complementar nº 176/2020, que institui as transferências obrigatórias da União para os estados, municípios e Distrito Federal visando compensar as perdas de arrecadação dos entes em virtude da Lei Kandir, de 1996.

O texto foi publicado na terça-feira (29) em edição extra do Diário Oficial da União e atende ao acordo firmado no Supremo Tribunal Federal (STF), após décadas de disputa judicial.

A polêmica existe desde 1996 quando a Lei Kandir isentou tributos incidentes na exportação, inclusive estaduais, e definiu em outra lei complementar como seriam feitas as compensações aos estados e ao Distrito Federal.

Fundo compensará perdas
O texto determinou que o governo federal criasse um fundo para compensar esses entes federativos pela perda de arrecadação, mas esse fundo nunca foi instituído.

O novo acordo passou pelo aval do Congresso Nacional e prevê o pagamento de R\$ 62 bi-

lhões da União para os entes federados. Já está previsto o ressarcimento de R\$ 58 bilhões entre 2020 e 2037 e o restante fica condicionado à realização do leilão de petróleo dos blocos de Atapu e Sépia, na Bacia de Santos (SP).

Outros R\$ 3,6 bilhões, o que totalizaria R\$ 65,5 bilhões, serão repassados caso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo seja aprovada.

A lei prevê que, entre 2020 e 2030, serão pagos R\$ 4 bilhões ao ano e, de 2031 a 2037, o montante entregue será reduzido progressivamente em R\$ 500 milhões a cada exercício até zerar a entrega. Os estados ficarão com 75% dos recursos, e os municípios com os 25% restantes.

Em nota, a Secretaria-Geral da Presidência explicou que já foi incluída a nova programação orçamentária na Lei Orçamentária de 2020, via abertura de crédito adicional a fim de viabilizar os repasses previstos na Lei Complementar sancionada. (Agência Brasil)

Brasil passa a exigir teste negativo de covid-19 para entrada no país

MPT: quatro a cada 10 denúncias foram relacionadas à pandemia em 2020

De um total de 93.707 denúncias apresentadas ao Ministério Público do Trabalho (MPT), ao longo deste ano, 36.010 (38%) foram de violações de direitos relacionadas à covid-19. De acordo com o balanço, divulgado na quarta-feira (30), o órgão recebeu, em média, diariamente, cerca de 100 denúncias envolvendo esse tipo de ocorrência.

Ao todo, foram abertos mais de 22 mil inquéritos para apurar irregularidades trabalhistas, sendo 9.810 (44%) relativos à covid-19. O volume de recomendações expedidas pela instituição também foi significativo, chegando a bater um recorde de 21,09, número nove vezes maior do que o registrado no ano passado, de 2.861.

A maior parte das recomendações (63%) direcionadas aos trabalhadores tratou da adoção de medidas de prevenção e combate à infecção causada pelo

novo coronavírus. O MPT ainda encaminhou 13.482 recomendações com o mesmo teor a empregadores.

Medidas sanitárias também foram o assunto abordado em 153.403 despachos proferidos por procuradores do trabalho em todo o país e o foco de 195.857 notificações, ofícios e requisições. A atuação durante a pandemia também acabou gerando 353 termos de ajustamento de conduta (TACs).

No período, 407 ações civis públicas foram ajuizadas. O MPT também reverteu para a sociedade mais de R\$ 322 milhões resultantes de ações movidas pelo órgão ou de acordos extrajudiciais, isto é, TACs aplicados. A quantia foi repassada a hospitais, associações de saúde, instituições de pesquisa e população vulnerável, entre outras entidades que contribuíram para minimizar os impactos da crise sanitária. (Agência Brasil)

Documentos da vacina de Oxford chegarão à Anvisa até 15 de janeiro

A presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Nísia Trindade, comemorou a aprovação, no Reino Unido, da vacina desenvolvida pela farmacêutica AstraZeneca e pela Universidade de Oxford. Devido a um acordo de transferência de tecnologia, a Fiocruz vai produzir o imunizante no Brasil e prevê concluir o envio de documentos sobre a vacina para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) até 15 de janeiro.

"Estamos todos com a esperança reanimada, digamos assim, com a notícia do registro da vacina da AstraZeneca, que será, no Brasil, uma vacina AstraZeneca/Oxford/Fiocruz", disse Nísia Trindade. "É um dia histórico, porque é mais um elemento de esperança diante de uma situação de tanto sofrimento. Uma esperança que vem da ciência e de uma visão de saúde pública, porque essa vacina é não só eficaz, não é só de alta qualidade, mas também é uma vacina adequada para países de população do tamanho do nosso país, com as suas diferenças regionais e sociais. É uma vacina adequada para o nosso Sistema Único de Saúde".

A Fiocruz prevê produzir 100 milhões de doses da vacina a partir de ingrediente farmacêutico ativo (IFA) importado no primeiro semestre do ano que vem. No segundo semestre, mais 110 milhões de doses devem ser produzidas inteiramente no Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), vinculado à fundação.

A produção deve começar antes mesmo da concessão do registro da vacina no Brasil, para que já haja doses disponíveis quando a aplicação for li-

berada. Documentos referentes ao desenvolvimento da vacina já vem sendo analisados em bloco pela Anvisa desde outubro, e o último bloco de informações deve ser enviado à agência no mês que vem. Em seguida, a Fiocruz espera entregar o primeiro 1 milhão de doses ao Ministério da Saúde antes de 8 de fevereiro.

Doação
A presidente da Fiocruz recebeu parlamentares estaduais do Rio de Janeiro e o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) para uma cerimônia que marcou a doação de R\$ 20 milhões do Fundo Especial da Alerj, que serão destinados a um plano de enfrentamento à covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro. A elaboração do plano será coordenada pela Fiocruz.

Segundo Nísia Trindade, uma das primeiras ações será o lançamento de um edital público de R\$ 17 milhões para apoiar 140 projetos com diferentes enfoques, como apoio social, comunicação e saúde mental. A presidente da fundação destacou que a conscientização sobre a vacinação está entre os assuntos que serão abordados junto aos moradores das comunidades do Rio de Janeiro.

O presidente da Alerj, André Ceciliano (PT), também comemorou a aprovação da vacina AstraZeneca/Oxford no Reino Unido e avaliou que o meio termo entre a preservação da economia e a prevenção da doença é a vacinação. "A gente espera que essa contribuição da Alerj possa contribuir para essas ações e em especial para a vacinação da população do nosso estado". (Agência Brasil)

A partir da quarta-feira (30), passageiros de voos internacionais que embarcaram para o Brasil precisarão apresentar um teste RT-PCR negativo ou não reagente para covid-19. O exame deve ter sido feito até 72 horas antes da viagem. Obrigatoriedade de vale para todos os viajantes, brasileiros e estrangeiros, independentemente de sua origem.

Crianças menores de 2 anos estão dispensadas da apresentação do teste, assim como crianças com idade entre 2 e 12 anos, desde que seus acompanhantes cumpram todas as exigências. Já

crianças entre 2 e 12 anos viajando desacompanhadas são obrigadas a apresentar o exame, da mesma forma que os demais viajantes.

A medida está prevista na portaria nº 648/2020, publicada na semana passada, que também trata da proibição, em caráter temporário, da entrada no Brasil de voos com origem ou passagem pelo Reino Unido e Irlanda do Norte. No último dia 17, o governo já havia determinado a exigência do exame na portaria nº 630/2020.

Declaração de Saúde do

Anvisa muda regras para uso emergencial de vacina contra covid-19

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) alterou na terça-feira (29) dois pontos dos requisitos mínimos para submissão de pedido de autorização de uso emergencial de vacinas para covid-19.

"A publicação foi alterada em pontos específicos referentes aos documentos a serem submetidos à agência", disse a Anvisa, em nota.

A mudança foi divulgada um dia depois da farmacêutica Pfizer informar, em comunicado, que não solicitará o uso emergencial de sua vacina no Brasil.

O imunizante foi desenvolvido em parceria com a empresa alemã BioNtech e já é utilizado em países como Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha e França, entre outros.

Anvisa modificou um dos pontos destacados pela Pfizer como entrave para o uso emergencial. O dispositivo exigia a apresentação de um cronograma de distribuição da vacina específico para o Brasil, bem como a informação precisa da quantidade de produto acabado disponível para compra. Segundo a multinacional farmacêutica, tais

Viajante

De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), brasileiros e estrangeiros que vierem do exterior por via aérea deverão preencher a Declaração de Saúde do Viajante (DSV) e apresentar o e-mail de comprovação de preenchimento para a companhia aérea.

O teste deverá ter sido realizado em laboratório reconhecido pela autoridade de saúde do país do embarque. Na hipótese de voo com conexões ou escalas em que o viajante permaneça em área restrita do aeroporto, o

prazo de 72 horas será considerado em relação ao embarque no primeiro trecho da viagem.

As obrigações fixadas pela norma não valem para voos procedentes do exterior com paradas técnicas ou conexão no Brasil desde que não ocorra qualquer procedimento de desembarque seguido de imigração.

O descumprimento da exigência pode gerar responsabilização civil ou penal, deportação de volta ao país de origem ou a invalidação do pedido de reingresso, caso ele existe. (Agência Brasil)

plano de distribuição da vacina específico para o Brasil, bem como a informação precisa da quantidade de produto acabado disponível para importação e/ou disponibilização. O outro ponto alterado diz respeito ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a ser elaborado com os dados específicos da vacina que se pretende autorizar para uso emergencial.

A Anvisa incluiu nos requisitos "são poderão ser definidos na celebração do contrato definitivo".

Novas regras
Pelas novas regras da Anvisa, passou a ser necessário apresentar somente "informações sobre a previsão da quantidade de produto acabado disponível para importação e/ou disponibilização".

tos a sugestão de que seja utilizado o modelo simples disponibilizado pelo governo do Reino Unido. Pode ser empregado também "outro modelo desenvolvido pela empresa", segundo a nova redação do Guia 42/2020.

No comunicado de segunda-feira (28), a Pfizer disse ter se reunido com técnicos da Anvisa em 14 de dezembro para esclarecer as dúvidas sobre o pedido de uso emergencial, e que, até aquele momento, concluiu ser mais célere submeter a vacina aos trâmites normais de autorização. (Agência Brasil)

Condomínios buscam combater violência contra mulher na pandemia

Durante a pandemia de covid-19, condomínios buscam informar síndicos sobre como proceder em casos de violência doméstica, que atingem, em número significativo, mulheres. Conforme avaliam especialistas em violência, as medidas de restrição estimularam debates acerca da proteção desse grupo, em específico, porque o local onde está mais vulnerável a esse tipo de crime é o próprio lar.

Somente entre fevereiro e abril deste ano, registraram-se um aumento de 431% em relatos sobre brigas entre vizinhos, que renderam 52 mil postagens no Twitter, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Desse total, 5.583 indicavam episódios de violência doméstica. Pelo mapeamento, concluiu-se que um quarto (25%) do total de relatos de brigas de casal foi publicado às sextas-feiras e mais da metade (53%) à noite ou na madrugada, entre 20h e 3h. Outra descoberta é de que as mulheres foram maioria entre os autores das postagens (67%).

O Instituto Igarapé foi uma organização engajada na causa, lançando o relatório Violência contra mulheres: Como a pandemia calou um fenômeno já silencioso. Como a questão está presente de norte a sul do país, virou foco do poder público, como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que, em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desenvolveu a campanha Sinal Vermelho. O objetivo é encorajar as mulheres vítimas a pedir ajuda em farmácias. A prefeitura de Curitiba também divulgou, este ano, uma cartilha, intitulada Prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher em condomínios.

No estado de São Paulo, onde os casos tiveram alta de 44,9% já no primeiro mês de pandemia, entidades de administradores de condomínios têm elaborado materiais e promovido eventos para orientar moradores e síndicos. Na capital paulista, uma das entidades que abraçaram a causa foi a Associação dos Administradores de Bens Imóveis e Condomínios de São Paulo (AABIC), que realizou um evento para discutir o tema, em outubro.

Para o presidente da associação, José Roberto Graiche Júnior, o entendimento é de que "o papel de fiscalização e colaboração" diz respeito a toda a sociedade. Em entrevista concedida à Agência Brasil, ele contou que a temática vem sendo tratada há cerca de um ano, mas ganhou mais importância com a

pandemia, sobretudo após a categoria notar que diversas esferas de governo têm lançado ações.

"A gente já tem discutido isso, vem criando procedimentos, comunicados, educando, dizendo assim, a comunidade, para poder evitar todo tipo de violência doméstica", disse. "É um papel nosso também essa comunicação, essa adequação da comunidade, que se reflete dentro do condomínio, muitas vezes".

Legislação
No Brasil, o principal instrumento legal que serve de respaldo para as mulheres vítimas de violência é a Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como Maria da Penha. Porém, há outras iniciativas que se somam a ela. Uma delas ainda está em tramitação, já tendo sido aprovada pelo Senado Federal. Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº 2510/2020, que obriga moradores e síndicos de condomínios a denunciar às autoridades competentes os casos de violência contra mulher que ocorram nas dependências do condomínio, incluindo os ocorridos dentro de casas e apartamentos. O projeto é de autoria da deputada federal Elcione Barbalho (MDB-PA).

Segundo a proposta, que deve ser aprovada pela Câmara dos Deputados, o dever de notificar casos se estende a agressões cometidas contra crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. O projeto estabelece que os relatos sejam feitos ao síndico do condomínio, que terá até 48 horas para denunciar formalmente o caso à Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) ou a canais eletrônicos ou telefônicos adotados pelos órgãos de segurança pública.

Caso descumpra a medida após ter levado uma advertência, o síndico poderá perder o cargo. O morador poderá ter que pagar uma multa de até cinco vezes o valor da mensalidade do condomínio.

A advogada Alessandra Caligiuri explica que o projeto de lei segue uma tendência nacional, que já existe em algumas unidades federativas. Ela cita Rondônia, Paraná, Distrito Federal, Ceará, Minas Gerais, Acre, Maranhão, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em Rondônia, por exemplo, a lei foi promulgada em dezembro de 2019 e determina multa que varia de R\$ 500 e R\$ 5 mil. Já no Acre, o valor fica entre R\$ 500 e R\$ 10 mil, dependendo das circunstâncias da infração, das condições financeiras do infrator e do porte do condomínio. "Infelizmente,

as pessoas só sentem quando mexem no bolso", diz Alessandra.

Para ela, tanto o síndico como os vizinhos da vítima devem se mobilizar em sua defesa. "A gente acabou levantando algumas questões para haver essa mudança de se tentar minimizar [a violência], porque, muitas vezes, a mulher que está nessa situação demora muito tempo para sair, 10, 20 anos. Ela precisa se fortalecer para conseguir. Quando denuncia, já está no ápice, quase no nível de 'ele vai me matar'. Como acontece muito dentro da casa e tendo uma cultura machista, milenar, que está enraizada na nossa sociedade, as pessoas pensam que, em briga de marido e mulher, não se mete a colher", afirma Alessandra, que é presidente da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Subseção Pinheiros.

Alessandra cita também as campanhas recentes que têm servido para incentivar testemunhas a denunciar e proteger as vítimas. "Não é só a mulher. A violência envolve criança, idoso, toda a família. Então, ligar pros canais de denúncia, chamar a polícia, permitir que a polícia entre no prédio para ver o que está acontecendo, porque, muitas vezes, com a polícia entrando, você acaba evitando que um feminicídio ocorra", argumenta.

Estatística

Ao se consultar dados reunidos pelo FBSP observa-se que muitas brasileiras ainda são vítimas de violência. Em 2017, o total de casos de lesão corporal dolosa (quando há intenção, por parte do agressor, de cometê-la) foi de 252.895. Nos dois anos seguintes, permaneceu quase igual. Em 2018, foi de 263.067. Já em 2019, chegou a 266.310, ou seja, uma mulher foi agredida a cada dois minutos.

Em meados de outubro, o FBSP divulgou seu anuário mais recente, no qual apresentou dados sobre a violência contra mulheres durante a crise sanitária. Uma das conclusões foi a de que os casos chamados para o 190, da Polícia Militar, aumentaram 3,8%, desde que a pandemia foi declarada. No total, a corporação foi chamada para socorrer vítimas mulheres 147.379 vezes, em municípios dos 12 estados avaliados pela entidade. Apesar disso, as vítimas têm dificuldades para ir a delegacias ou a outros locais que prestam atendimento.

Somente no primeiro semestre deste ano, 648 mulheres foram vítimas de feminicídio, isto é, mortas apenas por serem mulheres. O índice registrado é

1,9% maior do que o dos primeiros seis meses de 2019.

Diversos levantamentos comprovam a relação de proximidade entre vítimas e autores da violência doméstica. Um deles foi produzido pela Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios (CT-MHF), órgão subordinado à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF). Divulgado em março de 2019, o estudo apontou que 58,8% das vítimas de feminicídios cometeram em naquele ano eram casadas com os agressores. Além disso, em 23,5% dos casos, elas já haviam se relacionado dessa forma, estando já separados no momento do crime.

O FBSP também faz um alerta nesse sentido, destacando, no anuário de 2019, que 88,8% das vítimas foram assanadas pelos próprios companheiros ou ex-companheiros. "A relação próxima com o agressor apontada por diversos estudos de vitimização como característica marcante das violências de gênero. Este aspecto relaciona-se com a amplitude característica da violência contra a mulher, que incide nas relações íntimas conjugais através da dependência patrimonial e violência psicológica, por exemplo. São traços desafiadores das políticas de prevenção e proteção, pois ocorrem no seio de relações das quais se espera segurança e confiança, e que comumente estão investidas de tabus por dizerem respeito à esfera doméstica e familiar", escreve o fórum.

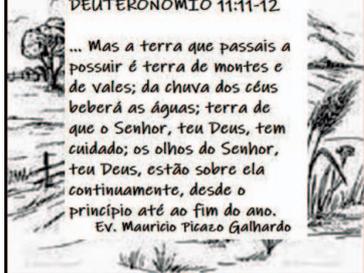
Como denunciar
A Lei Maria da Penha lista cinco tipos de agressões que configuram a violência contra a mulher: a psicológica, a física, a moral, a sexual e a patrimonial. Muitas vítimas não conseguem romper o ciclo de violência, por seguir a seguinte lógica: há um aumento na tensão entre vítima e agressor, sendo que este demonstra irritação por coisas insignificantes, chegando a ter acessos de raiva. A mulher tenta acalmar o agressor e se esforça para não adotar nenhuma conduta que possa desagradar ao agressor, como se fosse sua culpa. Na segunda fase do ciclo, a explosão do agressor irrompe e toda a tensão acumulada na etapa anterior se materializa em violência verbal, física, psicológica, moral ou patrimonial. Na última fase, chamada de "lua de mel", o agressor se diz arrependido, tentando uma reconciliação com a vítima, que se sente confusa, pressionada e, muitas vezes, responsável pelo comportamento do agressor. (Agência Brasil)

FELIZ 2021

LEITURA BÍBLICA
DEUTERONÔMIO 11:11-12

... Mas a terra que passais a possuir é terra de montes e de vales; da chuva dos céus beberá as águas; terra de que o Senhor, teu Deus, tem cuidado; os olhos do Senhor, teu Deus, estão sobre ela continuamente, desde o princípio até ao fim do ano.

Ev. Maurício Pizaco Galhardo



Ministro mantém vigência de medidas de combate à pandemia

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogou sem prazo definido a autorização dada pelo Congresso para que as autoridades adotem uma série de medidas de enfrentamento à pandemia de covid-19. A lei a respeito do assunto perdeu vigência na quinta-feira (31).

Lewandowski concedeu uma liminar (decisão provisória) pedida pela Rede Sustentabilidade e manteve a vigência de dez artigos da Lei 13.979/20, que descrevem diversas medidas sanitárias que podem ser adotadas pelas autoridades nas esferas federal, estadual e municipal.

Entre os dispositivos cuja vigência foi mantida está o que obriga a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a conceder em 72h a autorização para importação e uso de insumos médicos, medicamentos e vacinas contra

a covid-19 que já tenham sido registrados por ao menos uma das entidades reguladoras de Estados Unidos, Europa, Japão ou China. Outras medidas dizem respeito ao isolamento, quarentena, restrição à locomoção, uso de máscaras, exames médicos, testes laboratoriais, coleta de amostras clínicas, vacinação, investigação epidemiológica, tratamentos médicos específicos, requisição de bens e serviços, exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáveres (art. 3º, I, II, III, III-A, IV, V, VI e VII da Lei 13.979/20).

Apesar de o artigo 8º da lei prever o término de sua vigência junto com o decreto legislativo de calamidade pública, em 31 de dezembro, Lewandowski decidiu dar interpretação conforme o artigo para garantir manter as medidas, evocando a proteção dos direitos constitucionais à vida e à saúde.

"Persistência e letalidade"

Para o ministro, a verdadeira intenção dos parlamentares foi manter as medidas "pelo tempo necessário à superação da pandemia crítica da pandemia". E à época da edição da lei, em fevereiro, os congressistas não podiam "antever a surpreendente persistência e letalidade da doença", afirmou o ministro.

Lewandowski frisou "que a pandemia, longe de ter arrefecido, do seu ímpeto, na verdade dá mostras de encontrar-se em franco recrudescimento, apresentando estar progredindo, inclusive em razão do surgimento de novas cepas do vírus, possivelmente mais contagiosas. Ele destacou ainda o número de covid-19 no Brasil até 28 de dezembro, quando o país havia acumulado o registro de 7,5 milhões de infectados e mais de 192 mil óbitos.

"Por isso, a prudência - amparada nos princípios da pre-

venção e da precaução, que devem reger as decisões em matéria de saúde pública - aconselha que as medidas excepcionais abrangidas na Lei nº 13.979/20 continuem, por enquanto, a integrar o arsenal das autoridades sanitárias para combater a pandemia", concluiu.

Projetos em tramitação

A liminar de Lewandowski mantém parte da lei de enfrentamento à covid-19 ao menos até que os parlamentares revoguem formalmente os artigos com vigência prorrogada. Tramitam hoje no Congresso ao menos três projetos, dois no Senado e um na Câmara, que prevêm o adiamento da vigência da lei, mas que ainda não têm previsão de serem votados.

O ministro submeteu a sua decisão liminar para referendo do plenário do Supremo. O tribunal, contudo, encontra-se em recesso e só retomará as sessões colegiadas em fevereiro. (Agência Brasil)

Caixa vai lançar programa de financiamentos de até R\$ 2 mil

O presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Pedro Guimarães, disse na terça-feira (29) que a instituição vai lançar o que chamou de "programa de microfinanças". A proposta, segundo ele, é ofertar financiamentos que variam de R\$ 500 a R\$ 2 mil para mais de 10 milhões de brasileiros, com taxas de juros entre 1,5% e 2,5% ao mês.

"São taxas muito menores de juros e que vão permitir que mais de 10 milhões de brasileiros tenham acesso ao crédito de maneira segura, rápida, sem precisar ir à agência. Isso reforça a bancarização e reforça o acesso dessa população mais carente ao setor financeiro", explicou, durante entrevista ao

programa Voz do Brasil, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Financiamento habitacional

Segundo Guimarães, algumas iniciativas já em andamento, como o Programa Casa Verde e Amarela, também passarão a ter sua operacionalização pelo celular por meio do aplicativo Caixa Tem.

"Todos os contratos desse programa serão, a partir do ano que vem, via aplicativo", disse. Hoje, segundo estimativas da instituição, 4,5 milhões de brasileiros possuem algum tipo de contrato de habitação. "Vamos migrar esses e novos contratos para o aplicativo", concluiu. (Agência Brasil)

A partir de 2021, recebimento de pensão por morte terá novos prazos

A partir de 1º de janeiro, as regras para recebimento de pensão por morte vão mudar. Portaria publicada na edição de quarta-feira (30) do Diário Oficial da União estabelece novos prazos de recebimento do benefício por cônjuges ou companheiros.

Para óbitos ocorridos a partir de janeiro de 2021, o tempo de recebimento será de acordo com as seguintes faixas etárias: se tiver menos de 22 anos de idade, a pensão será paga por três anos; se tiver entre 22 e 27 anos de idade, a pensão será paga por quatro meses. Caso contrário, ou seja, a união com, pelo menos dois anos e pessoa falecida por quatro meses, a pensão será paga por 10 anos; se tiver entre 31 e 41 anos de idade, a pensão será paga por 10 anos; se tiver entre 42 e 44 anos de idade, a pensão será paga por 20 anos e, se tiver 45 anos ou mais, a pensão estará sob vitalícia.

A pensão será concedida se o óbito ocorrer depois de 18 contribuições mensais e, pelo menos, dois anos após o início do casamento ou da união estável.

O diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Emerson Lemes, lembra que a possibilidade de estabele-

cer esses critérios vem desde de 2014, quando foi publicada a Medida Provisória nº 664, que criava limites temporais para recebimento de pensão por morte por cônjuges ou companheiros, tanto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) quanto dos servidores públicos federais.

A MP foi convertida na Lei nº 13.135/15, que trouxe as seguintes regras: se o casamento ou união estável tiver menos de dois anos, ou a pessoa falecida tiver feito menos de 18 contribuições, a pensão será paga por quatro meses. Caso contrário, ou seja, a união com, pelo menos dois anos e pessoa falecida com pelo menos 18 contribuições, o tempo de recebimento da pensão depende da idade do dependente na data do óbito: se tiver menos de 21 anos de idade, a pensão será paga por três anos; se tiver entre 21 e 26 anos de idade, a pensão será paga por seis anos; se tiver entre 27 e 29 anos de idade, a pensão será paga por 10 anos; se tiver entre 30 e 40 anos de idade, a pensão será paga por 15 anos.

"A mesma lei previu que, após três anos de sua publicação, e desde que a expectativa de sobrevida da população brasileira

seleira ao nascer aumentasse pelo menos um ano inteiro, ato ministerial poderia alterar as idades", explica o especialista. De acordo com Lemes, cada vez que a expectativa de vida aumentar um ano o governo pode antecipar um ano nas idades para recebimento da pensão.

O IBDP lembra que dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que no ano de 2015 a esperança de vida do brasileiro, ao nascer, era de 75,5 anos. Em 2019, esta expectativa atingiu 76,6 anos - ou seja, aumentou 1,1 ano. "Desde então já havia autorização legal para que se fizesse mudança nas faixas etárias previstas na lei", alerta.

As novas regras valem apenas para óbitos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2021. Para óbitos ocorridos até 31 de dezembro de 2020, continuam valendo as regras anteriores. Por exemplo, se o segurado faleceu em 20 de dezembro de 2020, e sua esposa contava com 44 anos de idade, o pagamento da pensão será vitalício. Se o segurado falecer em 10 de janeiro 2021, e sua esposa contar com 44 anos de idade, a pensão será paga por 20 anos. (Agência Brasil)

Prorrogado prazo para validar documentos usados em inscrição no Fies

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União de quinta-feira (24), uma portaria que prorroga, para 31 de dezembro, o prazo que as Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) têm para validar as inscrições para a ocupação de vagas remanescentes, no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) do segundo semestre de 2020.

Essas comissões são responsáveis pela validação das informações prestadas pelo estudante no ato da inscrição do Fies, bem como dar início ao processo de aditamento de renovação dos contratos de financiamento.

A portaria prorroga também o prazo para realização dos aditamentos e renovações dos contratos de financiamento concedidos pelo Fies, simplificados e não simplificados. Nesse caso, a nova data é 15 de janeiro de 2021. (Agência Brasil)

MDR lança programa de desenvolvimento para cidades fronteiriças

Para tentar reduzir as desigualdades econômicas e sociais e fortalecer o desenvolvimento de cidades localizadas na faixa de fronteira, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) lançou na terça-feira (29) o Programa Fronteira Integrada (PFI), cuja portaria pode ser consultada no Diário Oficial da União. O programa entra em vigor a partir da próxima terça-feira (5).

A meta do governo é criar oportunidades de desenvolvimento que gerem renda, crescimento econômico e melhoria da infraestrutura urbana das cidades que se localizam em uma área de 150 quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres brasileiras. Entre os objetivos do programa estão o estímulo ao empreendedorismo, ao cooperativismo e à inclusão produtiva, fortalecendo as redes produtivas locais; e a promoção da inovação tecnológica nas atividades produtivas.

A prioridade no atendimento será para as 33 cidades-gêmeas reconhecidas pelo ministério nas áreas fronteiriças das regiões norte, centro-oeste e sul do país, além dos municípios classificados como polos das regiões intermediárias pri-

orizadas pelos Planos de Desenvolvimento Regional da Amazônia (PRDA) e do Centro-Oeste (PRDCO) e das localidades enquadradas como de baixa renda pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

O programa é baseado em quatro eixos de ação: desenvolvimento produtivo; infraestrutura econômica e urbana; desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais; e fortalecimento das capacidades governativas dos entes federativos. No próximo ano deverá ser publicado um edital para a implementação de projetos nessas áreas. Segundo o ministério, poderão ser firmados convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos com órgãos públicos e privados, além de consórcios públicos.

Algumas atividades poderão ser financiadas com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), dos Fundos Constitucionais do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO); de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Centro-Oeste (FDCO); e par outros fontes nacionais e internacionais. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EU MIGUEL DONHA JR., LEILOEIRO OFICIAL - JUCEPAR - 14/256L, VENHO A PÚBLICO DECLARAR QUE NO MÊS DE JANEIRO 2021 (DO DIA 05.01.2021 AO DIA 26.01.2021) SERÃO REALIZADOS OS SEGUINTE LEILÕES

Leilões de Janeiro/2021

FRAZÃO LEILÃO Encerramento 11/01/2021 2ª Feira - às 11h00

Deixe para trás tudo que não deu certo e abra caminho para um ano novo cheio de sucesso e novas conquistas! Feliz Ano Novo!

ALPHAVILLE S.A. Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 08/11/2020

Importados

Mercedes-AMG GT 63 S 4MATIC+ “CARBON” no Brasil

Depois de estabelecer um novo recorde para sua categoria no trajeto conhecido como “Green Hell” no circuito de Nürburgring, o modelo Mercedes-AMG GT 63 S 4MATIC+ chega ao Brasil na edição especial “CARBON”, conferindo ainda mais exclusividade ao modelo GT de quatro portas. Está disponível para reservas em toda a rede de concessionários com preço público sugerido de R\$ 1.683.900.

O grande destaque da edição “CARBON” é o Pacote Carbono Exterior II que utiliza peças em fibra de carbono no aerofólio traseiro fixo, capas dos retrovisores externos, teto fixo e capa de cobertura do motor, combinando a busca por redução de peso, com melhorias aerodinâmicas e a alta performance característica da marca.

A lista de exclusividades da edição “CARBON” inclui aerofólio em fibra de carbono, difusores dianteiro e traseiro otimizados, e saídas de ar no para-choques traseiro. Em seu pacote de equipamentos de série também estão disponíveis indutores ímãs de alta tecnologia e esportividade como o AMG Track Pace, sistema de telemetria similar ao utilizado na Fórmula 1, além de itens



de segurança ativa, como o sistema de condução semi-autônoma DISTRONIC Plus. O Mercedes-AMG GT 63 S 4MATIC+ “CARBON” vem com motor V8 de 3.982 cm³, com potência máxima de 639 cv entre 5.500-6.500 rpm, e torque de 900 Nm na faixa de 2.500 a 4.500 rpm. Com o câmbio

AMG SPEEDSHIFT MCT 9 e pneus 275/35 ZR21 (F) / 315/30 ZR21 (T), acelera de 0-100 km/h em 3,2 segundos, atingindo 315 km/h. Para um carro esportivo tem surpreendentes 461 litros de capacidade do porta malas. Tem 2.054 cm de comprimento, 2.069 cm de largura e 1.447 de altura.

Auto Dicas

Toyota inaugura loja GR Garage no Brasil

A marca GAZOO Racing dá mais um passo no Brasil e acaba de inaugurar, em São Paulo, o primeiro GR Garage, espaço dedicado à venda de itens da grife. A loja, localizada na concessionária T-Drive de Alphaville (Estrada da Aldeinha, 120 - Barueri/SP), foi desenvolvida para receber os entusiastas do automobilismo e reunir fãs de esportes a motor. São mais de 10 produtos exclusivos para os clientes desfrutarem da sua paixão pelo automóvel, incluindo peças customizadas para os modelos Corolla e Hilux da Toyota.



O espaço GR Garage é o único no Brasil autorizado a vender os itens da divisão esportiva da Toyota que vão desde chaves, bonês, camisetas, jaquetas, canecas, máscaras e até óculos de sol.

Está completa por uma biblioteca o projeto de lojas para mais quatro pontos, em 2021, sendo eles Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS), Sorocaba (SP) e Curitiba (MT). Outro serviço que também será lançado no próximo ano é o e-commerce oficial da grife.

A Toyota considera o automobilismo como uma maneira essencial de comunicar os sonhos e emoções que os carros geram. Desde abril de 2015, a TOYOTA GAZOO Racing disputa provas no WRC, WEC, 24 horas de Nürburgring, Rally Dakar, Super GT (GT500 e GT300), Super Formula japonesa, Campeonato de Rally do Japão, entre outras competições.

Audi entrega novos modelos encomendados



A Audi começou a entregar aos clientes em todo o País, os modelos esportivos encomendados em período de pré-venda para o mercado brasileiro: RS 4 Avant, RS 5 Sportback, RS 6, RS 7, RS Q3, RS Q3 Sportback, RS Q8, TT RS e R8.

Os Audi RS 4 Avant e RS 5 Sportback, modelos que combinam excelente condução com praticidade para o dia a dia, vieram com várias atualizações. Ambos ganham conjunto ótico com faróis LED Matrix de série e novo sistema MMI touch, além de serem equipados com o premium model V6 1600 de 450 cavalos de potência.

Os novos modelos em adquirir os RS 4 Avant e RS 5 Sportback podem configurar suas unidades e confirmar os pedidos nas concessionárias da marca no Brasil por RS 885.990 e RS 605.990, respectivamente, na modalidade venda direta.

O novo motor 2.9 TFSI biturbo V6 foi construído sobre o lendário 2.7 litros V6 do primeiro RS 4 Avant de 1999 e é utilizado nos novos modelos esportivos da marca – RS 4 Avant e RS 5 Sportback. Naquela época, o propulsor tinha uma potência de 380 cv, mas o desenvolvimento e as evoluções elevaram esse número para 450 cv de potência. Isso permite que os RS 4 Avant e RS 5 Sportback acelerem de zero a 100 km/h em apenas 4,1 segundos e 2,9 segundo, respectivamente. O motor pesa apenas 182 kg, 31 kg a menos do que o motor V8 no modelo anterior de 2012.

A potência do 2.9 TFSI flui para o sistema de tração integral quattro por meio do câmbio esportivo tiptronic de oito velocidades. Na direção normal, o sistema fornece mais potência ao eixo traseiro. Sua diferencial central permanente mecânica direciona 60% do torque para o eixo traseiro e 40% para o dianteiro. Se ocorrer a necessidade de prioridade em um eixo, a maior parte da potência é rapidamente redirecionada para o outro eixo – até 70% para a frente ou até 85% para o eixo traseiro. Esta atividade permite uma distribuição de torque claramente definida e uma interação altamente precisa com os sistemas de controle do TSC e o controle de torque seletivo da roda.

O condutor pode criar também a sua experiência de condução pessoal através do sistema Audi drive select, que influencia o gerenciamento do motor e da transmissão, suspensão, direção dinâmica, o diferencial esportivo quattro, o som do motor e as características do ar condicionado automático. Existem quatro perfis disponíveis: conforto, automático, dinâmico e personalizado – este último permite pré-definir dois modos de direção.

Os modelos Audi RS 4 Avant e Audi RS 5 Sportback ganharam novos visuais. Ambos possuem grade Singleframe mais larga e plana e novo conjunto ótico com faróis LED Matrix de série – o RS 5 possui, inclusive, a tecnologia Audi Laser Light. Chamam a atenção também os detalhes em preto na frente do capô e nas laterais dos faróis, que mostram o cuidado no desenvolvimento dos esportivos da linha RS.

No novo RS 4, além do design caracte-

ístico de uma stationwagon Audi, o spoiler traseiro, grade do difusor e as ponteiros de escape conferem ao veículo um acabamento distinto. O compartimento de bagagem tem capacidade para 505 litros, que aumenta para 1495 litros com os bancos traseiros rebatidos, o que confere um nível de praticidade incrível para qualquer situação.

Já o refinado design exterior do RS 5 Sportback é reconhecível à primeira vista, com as aberturas de ventilação acima da grade que lembram o Audi Sport quattro clássico de 1984. Os arcos das rodas 15 milímetros mais largos dão ao RS 5 uma aparência impressionante. Ele ganhou novos desenhos nas soleiras laterais e na inserção do difusor na extremidade traseira, que engloba os dois grandes tubos de escape.

No interior, ambos trazem o novo conceito operacional do MMI Touch de 10,1 polegadas. O grande display independente com feedback táctil é ligeiramente inclinado para o motorista. O sistema de infotainment fornece ao condutor informações sobre a temperatura do sistema motor, aceleração longitudinal e lateral e diferencial esportivo quattro.

No novo Audi virtual cockpit plus, com tela de 12,3 polegadas, o motorista pode escolher entre várias telas – uma delas é o design de desempenho específico do RS, que exibe a escala de velocidade de rotação como um tipo de ângulo que inclui uma tela mais limpa. Quando o motorista usa o botão do volante do modo RS para selecionar um dos dois novos modos RS individuais, o design de desempenho específico do RS exibe os valores máximos de aceleração g, por exemplo. O head-up display de série também oferece gráficos RS exclusivos.

Nos dois esportivos ainda há acabamento interno em black piano, ar-condicionado de três zonas, bancos dianteiros esportivos, teto de interior em couro Alcântara (volante com base applanada, console central e alavanca de câmbio), rodas de liga leve de 20 polegadas, controle de cruzeiro adaptativo e avisos de saída de faixa, sistema de interface para smartphones, Audi Phone Box Light (que carrega o celular por indução) e sistema de som Bang & Olufsen.

Como opcionais para ambos é possível escolher freios de cerâmica nas cores vermelho, cinza antracite ou azul, além de Pacote Exterior Preto (longarinas do teto, logotipo Audi Rings, frisos decorativos, capa do retrovisor e detalhes da roda). Para o RS 5 há também a opção de rodas de liga leve 20” de bronze.

Como opcionais para ambos é possível escolher freios de cerâmica nas cores vermelho, cinza antracite ou azul, além de Pacote Exterior Preto (longarinas do teto, logotipo Audi Rings, frisos decorativos, capa do retrovisor e detalhes da roda). Para o RS 5 há também a opção de rodas de liga leve 20” de bronze.

Como opcionais para ambos é possível escolher freios de cerâmica nas cores vermelho, cinza antracite ou azul, além de Pacote Exterior Preto (longarinas do teto, logotipo Audi Rings, frisos decorativos, capa do retrovisor e detalhes da roda). Para o RS 5 há também a opção de rodas de liga leve 20” de bronze.

Como opcionais para ambos é possível escolher freios de cerâmica nas cores vermelho, cinza antracite ou azul, além de Pacote Exterior Preto (longarinas do teto, logotipo Audi Rings, frisos decorativos, capa do retrovisor e detalhes da roda). Para o RS 5 há também a opção de rodas de liga leve 20” de bronze.

rio a outro patamar. Com visual mais agressivo, o modelo esportivo já começou a ser entregue aos primeiros clientes em dezembro e pode ser encontrado nas concessionárias da marca a partir de R\$ 442.900 na modalidade venda direta.

Renovado, o Audi TT RS Coupé recebeu mudanças visuais importantes. Na parte frontal, ganhou novas entradas de ar laterais, que foram alargadas, e um spoiler dianteiro contínuo em alumínio fosco, que dão ao carro visual robusto e inspirado no automobilismo. A grade frontal Singleframe hexagonal possui padrão tipo colmeia, característica da linha RS.

Na traseira, a nova asa fixa chama a atenção com os novos winglets nas duas pontas. Como parte do conceito de aerodinâmica, ele oferece suporte ao desempenho e à eficiência dos modelos esportivos. As duas grandes saídas de escape ovais também se destacam no design do novo TT RS. Os faróis Full LED Matrix são de série no modelo.

Equipado com motor 2.5 TFSI capaz de desenvolver 400 cavalos de potência, o veículo possui câmbio de dupla embreagem S tronic de sete velocidades e a consagrada tração integral quattro. O conjunto faz o esportivo ter um desempenho poderoso, com aceleração de 0 a 100 km/h em 3,7 segundos.

O baixo peso, de apenas 1.440kg, e a suspensão esportiva fornecem os pré-requisitos básicos para a dirigibilidade incrível do Audi TT RS. A direção progressiva adaptada especificamente para o RS garante um contato preciso com a estrada. No eixo dianteiro, discos de aço ventilados e perfurados estão em ação atrás das rodas de 19 polegadas. As pinças do freio são pintadas de série na cor vermelha.

Os controles e a exibição do novo TT RS são totalmente focados no motorista. Os bancos esportivos RS em Alcântara, bem como os logotipos RS nos bancos, volante, frisos das soleiras das portas e alavancas seletoras, realçam o caráter esportivo do Coupé. Os visores RS especiais no Audi virtual cockpit, com uma tela de 12,3 polegadas, fornecem informações sobre torque e força G Além dos botões multifuncionais, o volante esportivo RS em couro possui controles para ligar e desligar o motor, bem como seleção do modo de direção no Audi drive select.

O modelo também conta com muitos recursos de entretenimento e lazer. É possível realizar pesquisas de texto livre e controle de voz no sistema operacional MMI. O Audi Smartphone Interface conecta celulares com facilidade e o sistema de som Bang & Olufsen de série oferece uma excelente experiência sonora com uma saída de 680 watts.

O novo Audi TT RS está disponível em nove cores diferentes: Amarelo Vegas, Branco Goleira, Cinza Antracite, Cinza Nardo, Preto Mito, Vermelho Tango, Laranja Pulse, Azul Turbo e Verde Kyalami.

Como opcionais, é possível escolher Pacote Exterior Preto, que contemplam o logotipo Audi Rings, frisos decorativos, capa do retrovisor e detalhes nas rodas em preto, e o Pacote Interior Design, que acrescenta volante esportivo applanado e detalhes internos em vermelho.

O novo Audi TT RS está disponível em nove cores diferentes: Amarelo Vegas, Branco Goleira, Cinza Antracite, Cinza Nardo, Preto Mito, Vermelho Tango, Laranja Pulse, Azul Turbo e Verde Kyalami.

Como opcionais, é possível escolher Pacote Exterior Preto, que contemplam o logotipo Audi Rings, frisos decorativos, capa do retrovisor e detalhes nas rodas em preto, e o Pacote Interior Design, que acrescenta volante esportivo applanado e detalhes internos em vermelho.

Como opcionais, é possível escolher Pacote Exterior Preto, que contemplam o logotipo Audi Rings, frisos decorativos, capa do retrovisor e detalhes nas rodas em preto, e o Pacote Interior Design, que acrescenta volante esportivo applanado e detalhes internos em vermelho.

tema de tração integral permanente quattro por meio do câmbio tiptronic de oito velocidades. Configurado como uma engrenagem planetária, o diferencial central distribui a força motriz em uma proporção de 40:60 para os eixos dianteiro e traseiro. Se necessário, automaticamente mais torque é direcionado ao eixo com melhor tração. Até 70% pode fluir para as rodas dianteiras e até 85% para as rodas traseiras.

A nova tecnologia de assistência elétrica, composta por uma bateria de íons de lítio e um alternador de correa (BAS) em um sistema elétrico primário de 48 volts, combina desempenho e eficiência. Com ele, os veículos podem se deslocar em velocidades entre 55 e 160 km/h com o motor desligado e, em seguida, o BAS reinicia o propulsor rápida e confortavelmente. Durante a desaceleração, o BAS pode recuperar até 12 kW de energia. O sistema start-stop começa a funcionar em 22 km/h.

Nos novos esportivos, os eixos dianteiro e traseiro usam um sistema five-link para manusear separadamente as forças induzidas longitudinalmente e transversalmente. As articulações e estruturas secundárias são feitas em grande parte de alumínio. No Audi RS Q8, a suspensão adaptativa a ar com amortecedores controláveis foi ajustada em diversos modos e inclui o controle automático de nível. Dependendo da situação de direção e dos desejos do motorista, a altura varia em até 90 milímetros.

O modelo também trazem a tecnologia do eixo traseiro dinâmico, que possibilita girar as rodas traseiras em até cinco graus. Em baixa velocidade, elas viram na direção oposta às rodas dianteiras, reduzindo o diâmetro de giro. Em alta velocidade, elas viram na mesma direção do eixo dianteiro, reforçando a estabilidade durante as mudanças de faixa.

O motorista pode ainda influenciar diretamente a condução por meio do Audi drive select, que atua em aspectos como o gerenciamento do motor e da transmissão, direção, som do motor e suspensão a ar, no SUV ou Dynamic Ride Control, nos outros esportivos com motor 4.0. Nos RS 6 e RS 7 são quatro perfis disponíveis: Comfort, Auto, Dynamic e Individual. Já o RS Q8 agrega a estes outros os perfis Allroad e Offroad. Na escolha Individual, é possível montar configurações nas posições RS1 e RS2, que podem ser ativadas diretamente através do botão RS Mode no volante.

O Audi RS 6 Avant apresenta a icônica carroceria stationwagon e o Audi RS 7 Sportback traz linhas agressivas em um desenho coupé. Ambos possuem a grade frontal Singleframe alargada em estrutura colmeia. As grandes entradas de ar frontais e as saias laterais em preto brilhante aumentam o estilo agressivo. Os modelos Audi RS 6 Avant e Audi RS 7 Sportback ganharam novas assinaturas óticas e possuem faróis Full LED Matrix de série, com luz de direção dinâmica e Audi Laser Light. Nas traseiras, uma faixa de luz integrada se estende entre as lanternas no Sportback e mantém a linguagem de design em duas peças na Avant.

A carroceria da stationwagon foi ampliada por volta de 40 milímetros em cada lado com os largos arcos das rodas enfatizando o toque esportivo e o caráter distinto do modelo de alta performance. O novo RS 6 Avant está entre interior ainda mais espaçoso: o compartimento de bagagem tem capacidade entre 565 e 1.680 litros com bancos rebatidos. No Audi RS 7 Sportback a traseira coupé, a partir de uma velocidade de 100 km/h, aciona o spoiler que se estende automaticamente.

Já o RS Q8, SUV mais potente da marca, traz os elementos de design de sua versão convencional, que foi responsável por introduzir o primeiro desenho coupé em um SUV da marca e inaugurou a grade frontal Singleframe octogonal na linha de utilitários esportivos.

No interior, os três veículos trazem telas sensíveis ao toque integradas ao painel e console central. A tela superior de 10,1” traz

o MMI que exibe diversas informações, como interface com smartphones com Android e iOS, navegação e seleção de rádio. O display inferior de 8,6”, montado no console do túnel central, fornece acesso ao controle de climatização, funções de conforto e entrada de texto. Um “click” de confirmação pode ser sentido e ouvido quando uma função é selecionada pelo toque.

No Audi virtual cockpit Plus são apresentadas informações sobre temperatura e pressão dos pneus, torque, potência, temperatura do óleo do motor, tempos de voltas, medições de aceleração e forças “G”. Ao acelerar o veículo em modo manual, uma luz de indicação na tela sinaliza o momento de trocar a marcha quando atinge a rotação ideal do motor. O head-up display também fornece mais informações para o condutor.

RS 6 Avant e RS 7 Sportback: cores e equipamentos

Os modelos contam com acabamento interno em carbono, ar-condicionado de quatro zonas, bancos dianteiros esportivos RS em couro Valcona com costura em formato de diamante, itens do interior em Alcântara (volante com base applanada, console central e alavanca de câmbio), rodas de liga leve de 22 polegadas, controle de cruzeiro adaptativo, aviso de saída de faixa, sistema de interface para smartphones, Audi Phone Box Light (que carrega o celular por indução), sistema de som Bang & Olufsen, park assist e Audi Pre Sense Dianteiro e Traseiro.

As cores disponíveis para o Audi RS 6 Avant e Audi RS 7 Sportback incluem Azul Navarra, Branco Goleira, Cinza Daytona, Cinza Nardo, Prata Floreata, Preto Mito e Vermelho Tango. O programa Audi Exclusive também inclui outras cores e pinturas fixas imortalizadas pela marca. Com a possibilidade de personalização exclusiva é possível incluir o pacote de bancos dianteiros em couro Valcona com função massagem, pacote de acabamento interno em cinza com volante em couro, pacotes para massagem em alumínio fosco ou preto, pinças de freio em preto, revestimento do teto em cinza e capas dos espelhos retrovisores.

Nos esportivos somente os freios de cerâmica são opcionais com custo adicional: disponível com pinças de freio nas cores azul, cinza ou vermelha eles trazem também a ampliação da velocidade máxima de 280 km/h para 305 km/h. Os modelos são comercializados em versão única e estão disponíveis para venda nas concessionárias com possibilidade de configuração personalizada antes da produção.

RS Q8: cores e equipamentos

O RS Q8 inclui, dentre diversos itens, acabamento interno em Alcântara e fibra de carbono, ar-condicionado de quatro zonas, bancos dianteiros esportivos RS em couro Valcona com costura em formato de diamante e função aquecimento e ventilação, pacote de luzes customizáveis com 30 opções de cores, controle de cruzeiro adaptativo com aviso de saída de faixa, park assist, sistema de interface para smartphones, Audi Phone Box Light (que carrega o celular por indução) e sistema de som Bang & Olufsen.

Conta ainda com diferencial esportivo quattro, eixo traseiro dinâmico, suspensão a ar adaptativa e esportiva, pinças de freio na cor vermelha, teto solar panorâmico e faróis Full LED Matrix HD com luz de direção dinâmica, head-up display e câmera 360°. Vem de fábrica com rodas de liga leve de 23” com detalhes em preto e oferece mais três opções – totalmente em aço de liga leve, prata com detalhes em cinza titânio fosco e prata com detalhes em preto.

Como opcionais é possível escolher freios de cerâmica com pinças de freio nas cores vermelha, cinza ou azul, que trazem também a ampliação da velocidade máxima de 250 km/h para 305 km/h. As cores disponíveis para o Audi RS Q8 incluem Azul Galzúxia, Azul Navarra, Branco Goleira, Cinza Daytona, Laranja Dragão, Prata Floreata, Preto Noite, Preto Orca e Vermelho Motorista.